

## O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)  
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)  
JULIO MESQUITA (1895-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)  
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)  
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE  
ROBERTO CRISTUMA MESQUITA  
MEMBROS  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JULIO CESAR MESQUITA  
LUIS CARLOS ALENCAR  
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
DIRETOR DE JORNALISMO  
EURÍPEDES ALCANTARA  
DIRETOR DE OPINIÃO  
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA  
MARTANA UEMURA SAMPAIO  
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE  
PAULO BOTELHO PESSOA  
DIRETOR FINANCEIRO  
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

## NOTAS E INFORMAÇÕES

## A necessária autocrítica do STF



**Como mostra pesquisa, confiança dos brasileiros no STF está se deteriorando, mas não porque a Corte defendeu o Estado de Direito, e sim pelos abusos cometidos a pretexto dessa defesa**

Nos últimos anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) prestou inestimáveis serviços: da punição aos corruptos do mensalão à preservação das prerrogativas dos Estados na pandemia e a defesa do processo eleitoral, além da responsabilização dos executores e artífices do atentado do 8 de Janeiro. Em momentos críticos, o STF teve papel crucial na defesa da soberania do povo, encarnada nas instituições republicanas. E, no entanto, o sentimento desse mesmo povo em relação à mais alta instância judicial do País é de desconfiança.

Segundo pesquisa AtlasIntel, mais da metade dos brasileiros diz não confiar no STF. Entre 51% e 56% dos entrevistados consideram “péssima” a atuação dos ministros em questões capitais, como a defesa da democracia, o respeito ao Legislativo, reformas para melhorar o Judiciário, correção de abusos de instâncias inferiores, profissionalismo e competência dos ministros, defesa dos direitos individuais, imparcialidade entre rivais políticos e combate à corrupção. A trajetória é de deterioração. Em um ano, os que confiam no STF caíram de 45% para 42%, e os que não confiam cresceram de 44% para 51%.

Justificado ou não, esse descrédito é ruim. O bom funcionamento do Estado Democrático de Direito depende de um Judiciário que seja não só autônomo e independente, mas também respeitado. A percepção ideal da Justiça é de um quadro de servidores qualificados, que julgam conflitos sobre os quais não têm parte, aplicando leis que não criaram. Mas o sentimento predominante sobre o STF é o oposto: de uma Corte incompetente, instável, politizada, conivente com a corrupção e até autoritária.

Uma das razões estruturais e exógenas para essa desconfiança é uma disfuncionalidade constitutiva. Constituições deveriam ser abstratas e sucintas, consagrando direitos fundamentais e princípios basilares para o funcionamento do Estado, e deixando o resto às composições políticas. Mas os constituintes pecaram por excesso, confeccionaram uma Carta abrangente e pormenorizada e atribuíram à Corte constitucional competências excessivamente amplas, inclusive sobre matérias penais e administrativas. Obrigado a arbitrar sobre controvérsias que em outras partes do mundo são deixadas a outras instâncias judiciais ou, sobretudo, à política, o STF é sobrecarregado e tragado por paixões partidárias.

Essa disfuncionalidade incentiva o oportunismo político. As esquerdas, com frequência minoritárias nas Casas Legislativas, recorrentemente tentam reverter na Corte políticas que perderam no voto. Populistas à direita, insatisfeitos com prerrogativas das minorias, elegem a Corte como o “inimigo público número um” quando esta não se dobra à “vontade do povo” – nome que eles dão ao alarido dos reacionários.

Nada disso exime os ministros de fazer um exame de consciência. A maior causa da deterioração da autoridade do STF não é a sua atuação em defesa da democracia ou da Constituição, mas os abusos cometidos a pretexto dessa defesa: invasões de competências legislativas, protagonismo midiático, atropelamento do processo legal, relações promíscuas com os poderosos de turno.

Um exemplo cristalino são as arbitrariedades nos inquéritos conduzidos por Alexandre de Moraes contra atos antidemocráticos, as chamadas “milícias digitais” e as *fake news*. Outro são as revisões monocráticas de Dias Toffoli de acordos fechados no âmbito da Operação Lava Jato. É fato que, em nome do combate à corrupção, a Lava Jato se permitiu toda sorte de abusos, mas, ao invés de corrigi-los, Toffoli, com a conivência de seus pares, incorre nos mesmos abusos, com o sinal trocado. De instância saneadora do lavajatismo, o STF se converteu em antilavajata, instaurando um neolavajatismo. É o mesmo voluntarismo messiânico. Só que dessa vez a população está escorada: segundo a AtlasIntel, nada menos que 80% discordam da suspensão das multas impostas aos criminosos confessos.

De guardiães do Estado de Direito, alguns ministros se autoatribuíram a missão de vigilantes da política. Mas a população começa a se perguntar quem, afinal, vigia os vigilantes. Outros se mostram impacientes com a ordem jurídica, e ao invés de serem seus operadores, querem ser seus reformadores para curar “injustiças sociais”. Mas a população parece esperar deles algo mais modesto: que apenas cumpram a lei e respeitem o Estado Democrático de Direito. ●

## Todos ganham com a reforma administrativa

**Se for racional e bem conduzida, a reforma para regenerar a burocracia estatal, máquina que hoje produz desigualdade, pobreza, injustiça e conflito, será a mais popular das agendas**

Nos últimos 25 anos, o salário dos servidores de elite do Executivo federal aumentou, em média, 40% acima da inflação. Mas os dados, levantados pelo Movimento Pessoas à Frente, mostram uma trajetória dispar. Carreiras com maior poder de pressão – seja porque estão mais próximas do centro do poder (como analistas de gestão, Orçamento e planejamento), ou porque têm a chave do cofre (auditores fiscais), ou porque estão associadas ao maior acumulador de privilégios, o Judiciário (advogados da União) – acumularam aumentos de até 60%. Inversamente, postos-chave de alta relevância política e complexidade técnica, mas que são comissionados, não concursados, sofreram depreciação de quase 40%. Um secre-

tário nacional, o número dois dos ministérios, ganha hoje menos que um auditor fiscal em início de carreira.

Tais disparidades retratam um sistema disfuncional e arbitrário que se torna cada dia mais uma máquina de gerar desigualdades, pobreza, injustiça social e conflito civil. Desigualdade, porque, em média, os trabalhadores do setor público ganham acima de seus pares na iniciativa privada (até 50%), e a desigualdade entre as carreiras do topo e as da base no setor público é maior do que no privado (até sete vezes). Pobreza, porque uma máquina custosa e improdutiva pressiona as contas públicas – e, logo, a carga tributária e a dívida pública, o que corrói a renda pelos juros e inflação –, contrai os investimentos públicos e afugenta os privados. Injustiça social, porque

os mais pobres (que, em razão de uma tributação regressiva, pagam proporcionalmente mais) são os que mais sofrem com a carência de serviços básicos como saúde, segurança ou educação. E conflito, porque estas distorções e perversões incitam a descrença do cidadão em relação ao Estado Democrático de Direito e desencadeiam um ciclo vicioso de vilanização dos servidores retroalimentada pela sua vitimização.

O Estado brasileiro é grande demais, porque é ineficiente, e gasta demais, porque gasta mal. Corrigir essa situação é não tanto uma questão de solucionar uma disputa abstrata entre o Estado “mínimo” (de certas vertentes liberais) e o Estado “máximo” (das vertentes socialistas), ou mesmo entre redução de gastos ou aumento de impostos, mas de encontrar mecanismos concretos para que o Estado seja eficaz e gaste bem conforme as prioridades da população. A sociedade brasileira optou, por exemplo, por um serviço universal de saúde. Isso tem um custo, que os cidadãos estão dispostos a pagar, mas desde que seja revertido em benefícios.

Há disfunções que exigem mudanças constitucionais. Em todo o mundo prevê-se o regime de estabilidade para resguardar a burocracia e políticas de Estado das alternâncias partidárias. Mas em países desenvolvidos essa con-

dição é prerrogativa de poucas carreiras de Estado. A estabilidade universal cimentada pela Constituição não tem paralelo no mundo.

Mas mais urgente, relevante e factível que mudar o regime de estabilidade é regulamentar sistemas mais flexíveis de progressão e realocação de carreira com base em metas, necessidades e avaliações de desempenho que premiem os mais comprometidos. Isso implica reduzir os salários iniciais e eliminar progressões automáticas. São distorções que podem ser corrigidas com legislação ordinária, assim como uma perversão que tem impacto, sobretudo, moral: os privilégios, super-salários e penduricalhos acumulados por pequenas castas.

Uma agenda de reformas da administração pública seria uma oportunidade de reverter o atual ciclo de subdesenvolvimento excludente em uma trajetória de desenvolvimento inclusivo. A um tempo, ela promoveria um revigoramento cívico e político, incentivando a sociedade a se aproximar e participar da gestão da coisa pública; garantiria melhores serviços a todos, inclusive aos funcionários públicos e especialmente aos cidadãos mais vulneráveis; melhoraria as condições de produtividade e crescimento econômico; e promoveria mais distribuição de oportunidades e renda, inclusive entre os servidores públicos. ●